

AMBIENTE DE DESEMPREGO: OS SEM DIREITOS À CIDADE

Aldo Paviani

Pesquisador Associado do Depto. de Geografia/IH e do NEUR/CEAM
paviani@unb.br

Recebido 22 de fevereiro de 2007; revisado 14 de março de 2007, aceito 25 de junho.

“Cabem, pelos menos, duas perguntas em um país onde a figura do cidadão é tão esquecida. Quantos habitantes, no Brasil, são cidadãos? Quantos nem sequer sabem que não o são?” Milton Santos: Há cidadãos neste país? O Espaço do Cidadão, 1987.

RESUMO – A premissa básica para interligar desemprego, migrações e direito à cidade é o fato de que o desemprego afeta mais pessoas empobrecidas que vivem nas partes menos privilegiadas das grandes cidades do mundo . Essa tríade envolve questões sobre qualidade de vida urbana das populações. Saliente-se que nem sempre o termo periférico refere-se às distâncias ou afastamento das pessoas de um dado centro. Nas grandes metrópoles brasileiras, há periféricos vivendo em pleno centro da cidade, debaixo de marquises, pontes e viadutos ou ocupando prédios deteriorados. Então, ser periférico é estar distante dos acessos aos bens e serviços socialmente constituídos, pois o desempregado não sendo um produtor deixa também de consumir. Por isso, o direito à cidade só será efetivo quando a Sociedade conscientizar-se a respeito do papel das forças sociais na conquista do espaço urbano. Nesse caso, cidadania será assumida sem adjetivações do gênero “plena”, “completa” e outros, porquanto não se admite meia cidadania, assim como não se admite meia democracia. O desemprego é face cruel da falta de democracia, pois denota que o trabalho não foi equanimente distribuído para todos, bem assim a cidadania não foi conquistada pela totalidade dos urbanitas.

Palavras-Chave: emprego/desemprego, periferezados urbanos, qualidade de vida, cidadania, Brasília/DF.

ABSTRACT – The basic premise to link unemployment, migration and citizen rights the fact that most of the time, unemployment affects the impoverished and underprivileged people that live in the periphery of the big cities around the world. Hence, this triad involves issues about the quality of urban life. It is important to emphasize that the term “urban periphery” should not be taken as synonymous of actual outskirts of the city. In the big Brazilian metropolises, for instance, there are peripheralized people living in the very center of the city. Often those people can be found sleeping on the streets, under bridges or occupying abandoned buildings. Thus, being peripheralized means to be distant from or without access to social wealth and services. Note that an unemployed person does not take part in social transactions since s/he does not produce or consume any product available in the community where s/he lives. Given this state of affairs, we conclude that citizen rights won’t be effective if the society is not conscious about the role of social forces in conquering and maintaining urban spaces. Under this geographical approach, citizenship is defined without adjectives like “complete” or “full”, mainly because there is no such thing as half-citizenship, as there is no half democracy. Unemployment is the cruel face of lack of democracy and citizenship. It exposes the fact that in certain societies labor and its results are not evenly distributed. That means that not all inhabitants of these societies are citizens.

Keywords: employment/unemployment, peripheralized urban residents, urban quality of life, citizenship, Brasília/FD.

INTRODUÇÃO

Essa mesa aborda temáticas interligadas ao direito à cidade tais como emprego, habitação, migrações, educação e saúde e outros, que ensejam enfoques inter e

multidisciplinares, revestindo-se de grande interesse para geógrafos e outros profissionais, pois assumem conotação inter e multidisciplinar. À primeira vista, as migrações parecem não ter relação com desemprego, assim como questões ambientais indicam pouca relação com desemprego, ao menos em alto grau. Mas, tanto migrações, quanto saúde, educação, moradia e desemprego têm alto significado para os que **lutam pelo direito à cidade**. Nosso desafio será indicar estreita relação entre migrações e ambientes de desemprego, que, por sua vez, podem afetar a saúde de populações sob determinadas condições e problemáticas em muitos contextos geográficos.

Assim, a abordagem dessas temáticas pode vislumbrar de que forma ambientes hostis tornam-se propícios às migrações em todos os quadrantes do planeta. Migrações ocorrem por motivos de guerras mundiais ou regionais. Surgem pelo efeito de epidemias, por perseguições políticas e étnico-religiosas, surgimento de avassaladores fenômenos climatéricos ou geológicos, que sempre ocasionam períodos de fome, de falta de trabalho e de convulsões sociais como demarcam registros da história dos povos, os do Nordeste brasileiro, por exemplo.

DA TEORIA AO MEIO URBANO

Parte-se do princípio de que todos têm direito à cidade, sendo, portanto, cidadãos. Todavia, ter direito à cidade, não significa necessariamente ter **acesso** à qualidade de vida urbana. Isso fica evidente, e até justifica, as greves operárias, protestos de rua e todas as formas de reivindicações no meio urbano.

Por isso, a premissa básica para interligar desemprego a migrações e ambas à qualidade de vida urbana das populações, é o fato de que na grande maioria

das vezes, o desemprego afeta mais os pobres, considerados aqui como periferizados urbanos. Saliente-se que nem sempre o termo periferizado refere-se às distâncias ou afastamento das pessoas de um dado centro. Nas grandes metrópoles brasileiras, há periferizados vivendo em pleno centro da cidade, debaixo de marquises, pontes e viadutos ou ocupando prédios deteriorados – as cabeças de porco. Então, ser periferizado é estar distante dos acessos aos bens e serviços socialmente constituídos, seja por morar em locais afastados dos centros urbanos, seja por inaccessibilidade sócio-econômica, mesmo morando próximo aos melhores equipamentos e serviços da cidade.

O periferizado, mesmo não sendo portador de enfermidades, enfrenta desafios para se inserir no meio urbano por diversos motivos. O **primeiro desafio** para que tenha acesso ou conquiste o acesso à cidade, reside no fato de que nem sempre em suas diversas etapas o migrante educou-se suficiente para enfrentar o mercado de trabalho. A oferta de trabalho cada vez mais exige escolaridade completa, seja no ensino fundamental, no médio e no superior. Trabalho complexo em indústrias fortemente equipadas tecnologicamente exige conhecimento de línguas estrangeiras, especialmente inglês. Daí, a escolaridade do trabalhador deve, no mínimo, ser de ensino médio completo. Em muitas indústrias o terceiro grau já é exigido do postulante a posto de trabalho. O mesmo se passa na exigência de serviços do terciário e do quaternário, nos quais mestrado ou mesmo doutorado fazem parte das demandas do empregador. Assim, escolaridades cada vez mais elevadas, junto com a exigência de saúde em condições perfeitas fazem parte dos requisitos cadastrais não apenas no serviço público como nas empresas privadas.

Depreende-se, portanto, que empregos dependem do acesso aos diversos degraus educacionais, aos serviços e equipamentos de saúde – médicos, medicamentos, laboratórios e exames. Nem sempre os candidatos a postos de trabalho conquistam esses acessos, que são ofertados de forma paternalista e assistencialista por certos governantes – ensejando o acesso “dado”.¹ Portanto, demanda tempo e investimentos pessoais para fugir do acesso dado e chegar às oportunidades por meio de acessos conquistados. Manter-se saudável e em condições educacionais compatíveis com as oportunidades de trabalho são desafios perdidos que, a cada dia, joga operários à margem do mercado de trabalho ou os empurra para o “circuito inferior da economia”, conforme teorizava Milton Santos.²

O **segundo desafio** liga-se ao “período técnico científico e informacional”³, tão bem elaborado pelo mestre Milton Santos em suas diversas obras, e à globalização. Essa favorece o capital hegemônico e as tecnologias em detrimento ao trabalho humano, perpassando todos os continentes com rebatimentos negativos sobre os países pobres. Das ações globalizadas surge o desafio do desemprego pela “lacuna de trabalho”. Segundo Paviani⁴,

“As lacunas de trabalho se constituiriam na atividade-não-gerada ou nos postos de trabalho que não aconteceram ou, mesmo, que foram subtraídos do mercado de trabalho. Este processo, já

¹- Sobre acesso dado e conquistado, ver Paviani, Aldo (1989). Processo de periferização e pobreza urbana. In Paviani, A. *Brasília: A Metrópole em Crise. Ensaios sobre Urbanização*. Brasília, Ed. UnB, p. 29.

² - Sobre os dois circuitos da economia urbana, ver *o Espaço Dividido, de Santos, Milton*. Rio de Janeiro, Livr. Francisco Alves, 1979.

evidente em nossas metrópoles, alija sucessivas camadas dos que se apresentam para o trabalho, formando o que Marx denominou ‘população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente’ (Marx, 1971: 731). Este ‘excedente’, isto é, os que são inativos precoces ou não-ativos compulsórios (porque não há lugares de trabalho para eles), é o resultado das lacunas de trabalho”.

A par do desemprego que atinge 18,1% da PEA do DF (Anexo 1, Quadro 1), o ambiente sócioespacial arca com pesado ônus sobre os que procuram trabalho, pois as vagas vão sendo eliminadas em razão da implantação de tecnologias poupadoras de mão-de-obra e capital intensivas por parte de firmas e instituições. Em empresas e instituições há substituição de postos de trabalho por equipamento buscando livrar-se dos custos salariais e contribuições trabalhistas para manterem empregados registrados. O corte de postos ou atividades acontece em estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços não apenas para se manterem competitivos, mas também para incrementar lucratividade.

Percebe-se, portanto, que estar desempregado não é a mesma coisa de participar da legião dos que tiveram seus postos de trabalho eliminados. O desempregado experiente pode ter esperança de que volte ao mercado de

³ -Ver a respeito do meio técnico-científico-informacional de Santos, Milton (1996). *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo, Ed. Hucitec, p. 190.

⁴ - Essa questão é tratada por Paviani em “A construção injusta do espaço urbano”, *In* Paviani, Aldo (org) (1991). *A Conquista da Cidade. Movimentos Populares em Brasília*. Brasília, Ed. UnB, p. 116.

trabalho, enquanto os que tiveram seus postos eliminados entram na categoria “lacuna de trabalho”, que dificilmente volta à condição prévia, de trabalhador em atividade. Esse é o preço a pagar em países que adotaram posturas impostas pela globalização, sobretudo no que tange à participação no rol dos exportadores de produtos manufaturados que, cada vez mais, dependem de preços competitivos. Esses, para se atrelarem ao mercado, dependem de investimentos em tecnologia, eliminação de custos salariais e respectivos encargos trabalhistas, além logicamente, da carga tributária. Com isso, o ambiente sócioespacial torna-se carregado de desempregados de outro tipo, isto é, dos que participam do sistema imposto pela lacuna de emprego, sem previsão de um retorno à oportunidade de trabalho perdida.

O esquema globalizante traz prejuízos ambientais e desperdícios⁵ de toda ordem, sobretudo o não reaproveitamento de largas parcelas de trabalhadores em idade ativa, que podem encontrar saída em atividades temporárias, sem abrigo da legislação trabalhista; podem igualmente transformar-se em predadores de recursos naturais em garimpos informais ou no extrativismo vegetal para a produção de carvão ou madeira. Verifica-se em tais atividades prejuízos para o ambiente natural e social, pois se degradam áreas florestadas e atulham-se rios com a erosão provocada pelo garimpo ou pelo desmatamento, com isso afetando a saúde de garimpeiros e madeireiros. Há nas regiões Centro-Oeste e Norte desmatamentos e garimpos que esterilizam terras aráveis e atulham rios sem resultados concretos na busca de riquezas minerais com preocupação para ambientalistas⁶ e que podem resultar em sanções internacionais pelos problemas criados ao ambiente, sobretudo pela poluição causada pelas queimadas

subseqüentes ao desflorestamento.

ACESSO QUE SE CONQUISTA

De modo geral, as políticas públicas ensejam o que convencionamos denominar de “acesso dado”. Na teoria e na prática isso significa que os bens e serviços, embora demandados por toda a população urbana, sejam distribuídos de forma pouco democrática, isto é, os aquinhoados recebem **todos** os benefícios para seu bem estar, inclusive os melhores postos de trabalho; enquanto que aos pobres se destinam as sobras, as migalhas e o mínimo equipamento urbano. Escusado referir que a esses últimos se destinam as atividades mais simples, de baixa qualificação e, por isso, com a menor remuneração possível – um ou, no máximo dois salários mínimos. Salários esses insuficientes para as conquistas na área educacional, na da saúde coletiva, nem se cogitando em serviços de lazer coletivo, pois os periferizados/favelados estão distantes no tempo e no espaço aos bens e serviços urbanos completos.

Essas considerações levam às mesmas considerações de fins dos anos 1980, quando indicávamos “os exemplos referidos acima talvez configurem os dois lados de uma mesma moeda: as formas de uso e de consumo da cidade, que Henry (1977, 69-76)⁷ prefere estudar sob uma visão política, sob a ótica do *acesso dado* (o Estado *facilitando* a habitação, por exemplo, no Rio de Janeiro

⁵- Sobre globalização, problemas ambientais e desperdícios, ver de Paviani, Aldo, “Ambiente urbano com desemprego” *In* Paviani e Gouvêa (orgs.) (2003). *Brasília: Controvérsias Ambientais*. Brasília, Ed. UnB, p. 29.

⁶- Circulou na Internet e na mídia, em meado de outubro de 2006, notícia sobre movimento europeu para a “internacionalização” da Amazônia, visando a redução do gás carbônico provocado pela queima de largas porções florestais no grande bioma Sul-americano.

e em Brasília) e *acesso conquistado* (aquele obtido a duras penas em Bogotá, nos *bairros piratas*). Ambas as formas (*acesso dado* e *conquistado*), ainda segundo Henry, traduzem as contradições da urbanização latino-americana, gerando dois espaços intrametropolitanos – duas cidades numa só, profundamente inter-relacionadas, interatuantes e interdependentes”.

Ao observarmos o que passa, nos dias correntes, no meio urbano brasileiro, a teoria encaixa-se perfeitamente às práticas governamentais. Em todas as esferas, os governos ensejam o esfacelamento do tecido urbano que, embora possa estar unificado sob o ponto de vista político-administrativo, favorece a apartação sócioespacial quando se nota a desigualdade de apropriação da cidade, cada vez mais um espaço desigual e dividido.

Para concluir, de que direito à cidade estamos falando? Tal como indaga Milton Santos: “Quantos habitantes, no Brasil, são cidadãos?”⁸

QUESTÕES EMPÍRICAS

Por exigüidade de tempo e de espaço, deixaremos de focar todos os aspectos que a problemática enseja para abordarmos a questão das migrações, do emprego/desemprego e saúde (ou o seu reverso) em nosso contexto. No caso brasileiro, já se registraram enormes períodos de seca na região Nordeste, resultando em fortes correntes migratórias, rumando para a Amazônia, no fim do século 19 e

⁷ - Tratávamos do trabalho de HENRY, Etienne. “El consumo y sus expresiones em los asentamientos urbanos populares” In ATRIA, Raúl et al., eds. *Urbanization, estructura urbana y dinamica de población*. Santiago, CLACSO, 1977 e referido em PAVIANI, A. *Brasília – A Metrópole em Crise*. Brasília, Ed. UnB, 1989.

⁸ - Recomenda-se a leitura de SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo, Hucitec, 1987.

para o Sudeste e Centro-Oeste, no século 20. Desnecessário aprofundar será os períodos de fome e desemprego, que afetaram a saúde dos nordestinos e ocasionaram a emigração de milhares de retirantes para outras regiões em busca de trabalho e de melhores condições de vida, fugindo da seca.

Na Amazônia os nordestinos se engajaram na extração do látex para o fabrico da borracha. Também constituíram contingentes importantes de mão-de-obra para a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, de triste memória pela ocorrência de milhares de mortes por epidemias e maus tratos infringidos aos trabalhadores. As migrações nordestinas favoreceram o “o boom” de crescimento das grandes metrópoles do Rio e de São Paulo, seja na produção industrial, seja na da construção civil, sobretudo a partir das décadas de 1960. Portanto, no século 20, o Nordeste brasileiro teve muitos momentos de expulsão populacional. O caso da família de Lula é emblemático e conhecido de todos.

Nos anos 1960, as migrações regionais foram estimuladas também pela construção de Brasília. Ficaram na história da capital os “paus de arara” nos quais os retirantes nordestinos viajaram dias a fio em busca do “eldorado” representado pela facilidade de emprego na cidade em construção.

O EXEMPLO DE BRASÍLIA

Historicamente, Brasília representou o lugar de destino de milhares de migrantes ao longo do tempo. Aparentemente surgida do nada, a cidade atraiu milhares de trabalhadores a partir de 1957, com a abertura de canteiros de obras para materializar o plano piloto do urbanista Lúcio Costa. Inicialmente, um grupo precursor construiu o **Catetinho**⁹, o primeiro lugar de residência do presidente

Juscelino Kubitschek de Oliveira e lugar de apoio para o comando das obras em Brasília.

O segundo momento da construção é muito ligado à migração para o Distrito Federal (DF), liga-se à abertura de espaço da “Cidade Livre”, posteriormente denominada Núcleo Bandeirante. Este, segundo relato de Adirson Vasconcelos (1988, p. 101), foi

“...imaginado e permitido para existir durante quatro anos, apenas o tempo suficiente para a construção de Brasília, o Núcleo Bandeirante permanece vivo até nossos dias, e é, sempre, a 19 de dezembro que festeja seu aniversário, reportando-se ao ano de 1956”.

Depreende-se que, com essas duas construções iniciaram-se os trabalhos para erguer prédios da futura sede do poder federal e que, com essas iniciativas e intensa propaganda em jornais e rádios, fortes correntes imigratórias deram início ao povoamento do DF. Segundo José Pastore (1969, 44):

“Antes de 1956, habitavam a área cerca de 6.000 pessoas, que ocupavam três velhas comunidades rurais: Planaltina, Formosa e Luziânia; a densidade populacional, na época, era de 0,6 hab. km². Com o início da construção da nova capital, a população subiu rapidamente a 64.000 pessoas, e a densidade demográfica a 11 hab. km². Na época da

⁹ - Diminutivo aplicado ao prédio de madeira construído em fins de outubro de 1956, em alusão ao Palácio do Catete, sede da presidência da República até a transferência da Capital do Rio de Janeiro para Brasília, em 21/04/1960.

investigação (segundo semestre de 1966), Brasília contava com 300.000 habitantes e densidade de 46 hab. km²".

É de se imaginar que o ambiente das obras afetasse a saúde dos trabalhadores pelas condições insalubres do trabalho, alimentação e moradia. Mas, a procura de trabalho superou as dificuldades, tanto que a população presente aumenta exponencialmente por muitos anos. O DF, em 1957, contando apenas com quatro localidades soma 12.700 habitantes; em 1959, são encontradas pelo censo do IBGE 64.314 pessoas, distribuídas em oito localidades; e, ao ser inaugurado o Plano Piloto, em 1960, já contava com 71.728 habitantes, segundo o IBGE (**Tabela 1**).

Se as condições urbanas eram precárias, a procura de mão-de-obra era constante, não se verificando desemprego. As questões de saúde pública eram problemáticas e estavam aos cuidados de alguns poucos médicos para os quais se construiu o Hospital JK, próximo ao Núcleo Bandeirante. Esse hospital, pouco usado após a inauguração do Hospital de Base, deteriorou-se, sendo posteriormente reconstruído nos moldes original – em madeira e atualmente há um projeto para servir de hospital-museu.

Tabela 1 – População recenseada nos primórdios do DF

Localidade	1957*	1959**	1960***
DISTRITO FEDERAL	12.700	64.314	141.742
Brasília:	6.283	45.781	92.761
Plano Piloto	+	11.007	71.728
Núcleo Bandeirante	2.212	17.761	21.033
Acampanamentos	3.416	11.250	+
Outros locais	655	5.763	+
Taguatinga	\$	3.677	27.315

Brazlândia	+	355	734
Sobradinho	\$	\$	10.217
Planaltina	+	2.245	4.651
Gama	\$	\$	811

Obs.: + Dado inexistente na fonte indicada

\$ Localidade inexistente no ano indicado

Fontes: * IBGE. 1º Recenseamento de Brasília. Rio de Janeiro, IBGE, 1957.

** _____. Censo Experimental de Brasília. Rio de Janeiro, IBGE, 1959.

*** _____. Brasília. Rio de Janeiro, IBGE, 1969.

Ao lado da preocupação com a saúde dos operários, os administradores da construção elaboraram um plano educacional, que, em 1959 já contava com 100 professoras primárias, distribuídas em 21 escolas públicas para atender 4.682 crianças (Silva, s/d, p.162/163); também houve atenção com os problemas sociais, do que resultou o plano de assistência social, que cuidou inclusive da transferência das favelas existentes ao redor do Núcleo Bandeirante, em 1958, para Taguatinga. Com essa transferência inaugurava-se a dispersão da população pobre para o círculo externo ao Plano Piloto. Contudo, o plano médico-hospitalar, mereceu atenção especial da NOVACAP, que, em 1958, tratou de construir o Hospital Distrital. No ano seguinte, o plano médico hospital passou a contar com 34 médicos, um dentista e corpo de enfermagem, segundo Silva (s/d, p. 190). Disso infere-se que, ao lado do planejamento físico, urbanístico e arquitetônico, havia planos para a questão sócio-espacial. Embora não se tenha relato da ocorrência de epidemias, as condições de trabalho pesado, com jornadas de 24 horas, fazem pensar em prejuízos físicos e mentais para os trabalhadores da construção civil. As dificuldades para os trabalhadores eram grandes. No primeiro Natal, em 1956, por exemplo, no registro de Ernesto Silva (s/d, p. 143), “eram poucos homens, talvez menos de 500, submetidos às maiores dificuldades: moravam em

barracões provisoriíssimos ou em barracas de lona, fustigados pelo vento e violentas chuvas que assolavam a região naquela época”. Em vista da exigüidade de tempo e necessidade de inaugurar a Capital na data prevista, era imperioso construir hospitais e contratar médicos, justamente para atender a uma população que crescia exponencialmente (**Tabela 1**). Ademais, há que atribuir às condições adversas de trabalho e vida cotidiana, que houve necessidade de abrir restaurante popular, tal como os do SAPS, visando manter alimentação em melhores condições do que as das cantinas dos canteiros de obras. Nesses, as condições de salubridade e higiene eram muito baixas, ensejando problemas gastrintestinais nos trabalhadores. Além disso, as empreiteiras introduziram a chamada “virada”, com jornadas estendidas, impondo estafante trabalho extra. Com isso, os operários adoeciam ou reduziam sua capacidade produtiva.

Inexistem dados estatísticos sobre o desemprego nos primórdios de Brasília, mas deduz-se ter sido elevado, ao serem reduzidas as construções no Plano Piloto e durante as crises políticas, ocorridas após a inauguração da Capital. Igualmente, o desemprego esteve presente em fins dos anos 1960 em vista dos dados levantados na pesquisa geográfica de 1971. Nessa pesquisa¹⁰, a respeito das correntes migratórias para o DF, foram caracterizadas três grandes correntes migratórias. Na corrente de menor **status** social estavam demarcadas as seguintes características dos entrevistados: desempregados ou biscateiros, analfabetos, ter passado pela periferia do DF, residente há mais de dez anos de DF, ter passado por Anápolis, Goiânia e interior de Goiás, ter renda menor do que um salário mínimo, famílias com menores de 15 anos.

Se essa pesquisa fosse realizada em nossos dias provavelmente quase todas

essas características estariam presentes na população de baixa renda, sobretudo o desemprego, que se constitui em um dos maiores problemas atuais do DF e respectiva área metropolitana.¹¹ Calcula-se que o montante seja superior a 350 mil desempregados, ou 18,1% da PEA, atingindo 227.400 mil no DF (**Quadro 1 e 2**) e 130 mil estimados para os núcleos goianos. Nesse conjunto metropolitano, o desemprego deve atingir os baixos estratos das classes sociais, sobretudo os analfabetos, os que procuram emprego há mais de 20 meses, com famílias numerosas, que residem em locais distantes do Plano Piloto. Depreende-se, portanto, que há população com problemas alimentares e que, por isso, estejam mais propensos a enfermidades. Em razão das carências alimentares e das condições ambientais, essa população tende a procurar os hospitais públicos do DF, principalmente os do Gama, Taguatinga, Ceilândia, e, logicamente, os grandes hospitais do Plano Piloto. Isto se deve ao fato de que a periferia goiana não possuiu equipamento compatível com as respectivas populações, estimada por alguns como estando próxima do milhão de habitantes.

Pela argumentação acima, depreende-se também que o ambiente urbano nos anéis externos da área metropolitana também se deteriora em razão da quebra dos padrões de saúde pública, saneamento básico e poluição. A imprensa tem noticiado, sobretudo em épocas eleitorais, as precárias condições dos núcleos periféricos, em termos de abastecimento de água potável, de esgotamento

¹⁰ - Ver de Barbosa Ferreira e Paviani (1973). “As correntes migratórias para o Distrito Federal”. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro (35): 3, 133-162.

¹¹ - Temos insistido no fato de existe funcionalmente uma Área Metropolitana de Brasília, composta pelos núcleos urbanos de Brasília e daqueles existentes além dos limites do DF, como Luziânia, Formosa, Águas Lindas, Valparaíso, Novo Gama, Cidade Ocidental, Santo Antonio do Descoberto, Padre Bernardo e respectivos bairros e loteamentos

sanitário, coleta de lixo e pavimentação das vias públicas. Tais lacunas facilitam doenças, sobretudo em crianças, afetadas por verminoses e problemas nas vias respiratórias pela conjunção de fatos ambientais como poeira, água contaminada e viroses.

Na atualidade, se cotejada com a população dos anos 1960, verifica-se o agravamento do quadro urbano em função do descaso com o crescimento da população, que passou de 516.896, em 1970 para 2.051.146, em 2000 (**Tabela 2**).

Em vista desse incremento populacional, “qual a perspectiva para Brasília e seus habitantes? Numa **avaliação pessimista**, teríamos o agravamento da violência, da apartação, com exclusão sócio-econômica, com o aumento da desigualdade social na distribuição de bens e serviços urbanos, comparando-se centro e periferia. Numa **perspectiva otimista**, passaríamos por uma mudança em direção à distribuição da qualidade de vida em todo o território, com um padrão mais igualitário de apropriação da cidade por toda a escala de construtores urbanos, resultante de um esforço para a inclusão, como definido por Cristóvam Buarque: “inclusão social é o processo pelo qual um indivíduo excluído dá o salto social que lhe proporciona acesso, no mínimo, aos bens essenciais”.¹² Para que essa mudança ocorra, há necessidade de se descentralizar todas as novas estruturas urbanas que possam criar novos postos de trabalho. Com essa descentralização viria a valorização dos espaços, que serviram para abrigar antigos favelados, inquilinos de fundo de lotes e todos os que migraram sem condições de evoluir socialmente. Numa distribuição mais igualitária das riquezas, bens e equipamentos, as vias serão pavimentadas para o acesso a uma cidade

mais justa, com menores taxas de criminalidade e violência, próxima do que imaginaram inicialmente os fundadores da Capital”.¹³ Se formos observar o que consta no plano piloto do urbanista Lúcio Costa, constataremos que nele se delineia de modo sumariado o pensamento de uma cidade mais justa. Foi elaborado como um projeto de esperança, encaminhado na direção da justiça social e da equidade. Mas, nada disso ocorreu e, conforme se verifica no Quadro analítico do DIEESE/SEADE, o aumento na PEA, nos dois últimos anos, não correspondeu incremento compatível dos postos de trabalho, mantendo-se a taxa de desemprego em patamar elevado, pouco superior aos 18% (**Quadro 1**).

Portanto, se analisadas as recentes pesquisas do DIEESE/SEADE fica evidente o desemprego estrutural no DF, pois o número de desempregados se mantém acima dos 200 mil, com percentuais elevados da PEA (**Quadro 1**).

Ainda segundo o DIEESE/SEADE,

“Os resultados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED-DF – realizada pela Secretaria de Estado de Trabalho/GDF, MTE-FAT, DIEESE e Fundação SEADE/SP, mostram que, em setembro de 2006, a taxa de desemprego total no Distrito Federal, decresceu (2,2%) em relação ao mês anterior, passando de 18,5% para 18,1%. Trata-se da menor taxa de desemprego para o mês de setembro desde 1997. O total de desempregados

¹² - Buarque, Cristóvam. *Admirável Mundo Atual – Dicionário Pessoal dos Horrores e Esperanças do Mundo globalizado*. São Paulo: Geração Editorial, 2001, p. 189.

¹³ - O plano piloto de Lúcio Costa delineia de modo sumariado o pensamento de uma cidade mais justa. Foi elaborado como um projeto de esperança, encaminhado na direção da justiça social e da equidade.

foi estimado em 227,4 mil pessoas. Na análise por Grupos de Regiões Administrativas, em setembro de 2006, observou-se retração da taxa de desemprego total do grupo de renda intermediária (2,8%) e no grupo de renda mais baixa (2,4%), mais do que compensando o aumento na taxa do grupo de renda mais alta (8,4%). Em setembro de 2006, o nível de ocupação cresceu 1,6%. O contingente de ocupados foi estimado em 1.028,8 mil pessoas, o que corresponde a 16,5 mil a mais que no mês anterior. Este desempenho se deveu ao crescimento ocupacional dos setores da Construção Civil (5,3%), Administração Pública (2,5%) e Serviços (1,8%), que conjuntamente superaram o decréscimo nos setores da Indústria de Transformação (7,1%) e do Comércio (1,1%). Entre julho e agosto de 2006, o rendimento médio real dos ocupados apresentou queda (2,5%), passando de R\$1.407 para R\$1.373. O rendimento médio real dos assalariados também decresceu (1,4%), passando de R\$1.613 para R\$1.591” (DIEESE/SEADE, informação sobre a PED de setembro de 2006, dada pela Internet).”

Tabela 2 – População urbana entre 1970 e 2000

Localidade	1970	1980	1991	2000
Plano Piloto	236.477	310.701	262.264	198.422
Guará	24.392	82.482	97.374	115.385
Núcleo Bandeirante	11.133	17.477	47.688	36.472
Gama	71.556	132.726	142.822	130.580
Taguatinga	106.320	192.999	228.202	243.575
Brazlândia	9.546	19.144	32.864	52.698

Sobradinho	38.988	62.980	68.227	128.789
Planaltina	18.484	39.964	68.292	147.114
Ceilândia	—	280.362	357.672	344.039
Cruzeiro	=	=	51.230	63.883
Paranoá	=	=	33.545	54.502
Lago Sul	=	=	=	28.137
Lago Norte	=	=	=	29.505
Recanto das Emas	—	—	—	93.287
Samambaia	—	—	125.709	164.319
São Sebastião	—	—	—	64.322
Santa Maria	—	—	—	98.679
Candangolândia	—	—	—	15.634
Riacho Fundo	—	—	—	41.404
Distrito Federal	516.896	1.138.835	1.515.889	2.051.146

Obs.: — Localidade inexistente no ano indicado.

= População pertencente à outra Região Administrativa no ano indicado.

Fonte: 1970 e 1980: Paviani, A. 1985.

1991: Paviani, A. 1997.

2000: IBGE, Censo Demográfico.

Quadro 1- População economicamente ativa, número de ocupado e desempregados e taxa de desemprego – Distrito Federal - 2005/2006

Indicadores	2005		2006		Variação (em mil pessoas)		Variação (%)	
	Set	Ago	Set	Set. 06 - Ago. 06	Set.06 - Ago. 05	Set. 06 - Ago. 06	Set.06 - Ago. 05	
Em mil pessoas:								
População Economicamente ativa	1,204.40	1,241.50	1,256.20	14.7	51.8	1.2	4.3	
Ocupadas	983.4	1012.3	1028.8	16.5	45.4	1.6	4.6	
Desempregados	221.1	229.2	227.4	-1.7	6.4	-0.8	2.8	
Aberto	143.4	132.2	131.9	-0.3	-11.5	-0.2	-8	
Ocupado pelo Trabalho Precário	44.9	54.8	53.7	-1.1	8.8	-2	19.6	
Oculto pelo Desalento	32.8	42.2	41.9	-0.3	9.1	-0.7	27.7	
Em percentual:								
Taxa de Desemprego Total	18.4	18.5	18.1	-	-	-	-	
Aberto	11.9	10.6	10.5	-	-	-	-	
Ocupado pelo Trabalho Precário	3.7	4.4	4.3	-	-	-	-	
Oculto pelo Desalento	2.7	3.4	3.3	-	-	-	-	

Fonte: Convênio: DIEESE/SEADE-SP/MTE-FAT/STb-GDF. PED-DF - Pesquisa de emprego e desemprego no Distrito Federal.

Quadro 2- Taxas de desempregos total - Regiões Metropolitanas - 2005/2006

Regiões Pesquisadas	Set-05	Jun-06	Jul-06	Ago-06	Set-06
Belo Horizonte	15.4	14.2	14	13.4	13
Distrito Federal	18.4	18.7	18	18.5	18.1
Porto Alegre	14.8	15	14.9	14.6	14.3
Recife	22.4	21.7	21	21.3	21.8
Salvador	23.6	23.7	23.9	24.1	23.5
São Paulo	16.9	16.8	16.7	16	15.3

Fonte: Convênio: DIEESE/SEADE-SP/MTE-FAT/ STb-GDF. PED-DF – Pesquisa de emprego e desemprego no Distrito Federal

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito à cidade será efetivo quando a Sociedade conscientizar-se a respeito do papel das forças sociais na conquista do espaço urbano e a totalidade de seu conteúdo em termos apropriação dos bens e serviços constituídos com o esforço social. Em outras palavras, a democratização do espaço urbano vai acontecer quando as forças sociais conquistem o espaço urbano, ensejando que essa apropriação não seja apenas dos privilegiados. Por isso, advogamos que a cidadania seja conquistada pelos que optaram por viver em cidades. Nesse caso, cidadania será assumida sem adjetivações do gênero “plena”, “completa” e outros porquanto não se admite meia cidadania, assim como não se admite meia democracia. Todavia, desventuradamente, sabe-se que o desemprego é face cruel da falta de democracia, pois denota que o trabalho não foi equanimente distribuído para todos, bem assim a cidadania não foi conquista pela totalidade dos urbanitas. É justamente dessas contradições absorvidas como “normais” ou dentro das normas constitucionais que fazem surgir ilhas de bem estar urbano e a constelação escurecida das favelas, a materialização escarrada da falta de

democracia no meio urbano. Urge que os governos constituídos, bafejados por ampla votação nas urnas em outubro de 2006, sejam suficientemente corajosos para contrariar a ambição dos que muito têm amparados por secular domínio político e econômico. Almeja-se que todas as instâncias governamentais implantem programas efetivos para ensejar a quebra das hegemonias políticas e econômicas, atendendo os pobres naquilo que é sua grande conquista: espaço urbano, em toda sua totalidade.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BARBOSA FERREIRA, I. C. e PAVIANI, A. (1973) As correntes migratórias para o Distrito Federal. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro (35): 3, 133-162.
- BUARQUE (2001) *Admirável Mundo Atual – Dicionário Pessoal dos Horrores e Esperanças do Mundo globalizado*. São Paulo: Geração Editorial, p. 189.
- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL/DIEESE/SEADE. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED-DF, setembro de 2006*. www.dieese.org.br
- IBGE (1957) *1º. Recenseamento de Brasília*. Rio de Janeiro, IBGE.
- IBGE (1959) *Censo Experimental de Brasília*. Rio de Janeiro, IBGE.
- IBGE (1969) *Brasília*. Rio de Janeiro, IBGE.
- IBGE (2000) *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, IBGE.
- IBGE (2004) PAD, www.ibge.gov.br
- PASTORE, J. (1969) *Brasília: a Cidade e o Homem, uma investigação sociológica sobre os processos de migração, adaptação e planejamento urbano*. São Paulo, Ed. Nacional/Ed. da USP, 161 pp.
- PAVIANI, A. (1989) Processo de periferação e pobreza urbana. In Paviani, A. *Brasília: A Metrópole em Crise. Ensaios sobre Urbanização*. Brasília, Ed. UnB, 113 pp.

- PAVIANI, A. (1991) A construção injusta do espaço urbano. In Paviani, A. (org). *A Conquista da Cidade. Movimentos Populares em Brasília*. Brasília, Ed. UnB, 266 pp.
- PAVIANI, A. (2003) “Ambiente urbano com desemprego” In Paviani e Gouvêa (orgs.). *Brasília: Controvérsias Ambientais*. Brasília, Ed. UnB, 316 pp.
- SANTOS, M. (1979) *O Espaço Dividido. Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, Livr. Francisco Alves, 345 pp.
- SANTOS, M. (1987) *O Espaço do Cidadão*. São Paulo, Hucitec, 1987.
- SANTOS, M. (1996) *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo, Ed. Hucitec, 308 pp.
- SILVA, E. (s/d) *História de Brasília*. Brasília, Coordenada-Editora de Brasília, 292 pp. e figuras.
- VASCONCELOS, A. (1988) *As cidades satélites de Brasília*. Brasília, Gráfica do Senado, 370 pp.